A CONSULTA POPULAR APLICADA COMO VIABILIZADOR DE RECURSOS E APLICAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO RIO DA VÁRZEA (COREDE- RV).

Daiane Beatriz Knob¹
Guerino Antônio Tonin²

RESUMO:

O artigo baseia-se em uma análise da Consulta Popular realizada no Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio da Várzea entre os anos de 2010 a 2014. Identificou-se com o estudo os municípios participantes, número populacional em cada município, demandas e prioridades votadas anualmente, valor orçamentário destinado à região, entre outras informações. O orçamento advindo das demandas eleitas agregou uma renda adicional para investimentos nos municípios, sendo as principais áreas demandadas a agricultura, saúde, educação e segurança pública, e as mesmas concentram mais de 70% de todo o valor orçamentário demandado. A partir da aplicação desses recursos houve o desenvolvimento do IDH e o PIB no COREDE como um todo, com perspectivas maiores a cada ano.

Palavras- chaves: Consulta popular, Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio da Várzea, Demandas orçamentárias.

ABSTRACT:

This article is an analysis of the popular consultation held in the Regional Council of Development of the river of the Várzea between the years 2010 to 2014. It was identified with the study the municipalities participants, number of population in each municipality, demands and priorities voted annually, budgeting value intended for region, among other information. The budget ensues demands elected has added an additional income for investments in the municipalities, being the main areas sued the agriculture, health, education and public security, and the same focus more than 70% of the entire budgeting respondent to each value. From the application of these resources was noticed an improvement in the quality of life of citizens of the region, where the IDH and the GDP is developing increasingly with larger perspective to each year.

Words- keys: Popular consultation, Regional Council of Development of the river of the Várzea, Demands budget constraints.

¹Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Gestão Pública Municipal/ UFSM - UAB, graduada em Administração de Empresas/ UFSM.

² Professor orientador, Doutor e Professor do Departamento de Ciências Administrativas - UFSM.

1 INTRODUÇÃO

O país como um todo, englobando estados e municípios, compreendem suas decisões importantes através do voto, seja em eleições a nível governamental ou estatutário. Desde meados do ano de 1992 o voto passou a ser fator decisório não apenas em eleições, mas também na destinação de recursos financeiros a população. Através da realização de consultas e programas populares foi possível identificar as demandas da população, seus interesses e necessidades.

Salles (2010) afirma que a gestão burocrática acontece tanto em nível de estado, como também de municípios. A população está presente nas decisões do país como um todo através da democracia. Para a realização da Consulta Popular e a coleta de dados, é necessária a participação de entidades e órgãos a âmbito regional. Cada parte do estado pertence a uma região, e as regiões detêm características próprias, população distinta e necessidades específicas. Em âmbito regional, no estado do Rio Grande do Sul encontra-se o Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio da Várzea (COREDE- RV).

A Consulta Popular identifica o número populacional de uma região, a população participante dos pleitos, as prioridades que são votadas, a aplicação dos recursos, entre outros dados. Os recursos que advém das prioridades votadas na mesma necessitam ser bem administrados e aplicados para as reais necessidades da população.

O presente estudo mostra que o valor orçamentário destinado do Estado aos municípios pertencentes ao COREDE- RV vem evoluindo ao longo dos últimos anos (2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) o que possibilita uma destinação apropriada de recursos em setores e áreas bem distintas. O objetivo do presente trabalho é identificar as demandas da população, relatando setores mais importantes, o índice de participação da população nos pleitos, e a aplicação e destinação dos recursos. É importante ressaltar que por mais que a Consulta Popular e seus números sejam públicos, parte pequena da população após o pleito verifica quais as demandas que foram aprovadas, e é importante que a população tenha conhecimento da real destinação desses recursos, por terem caráter público. Através da aplicação dos recursos advindos da consulta popular há modificações nos índices populacionais desses municípios pertencentes aos COREDE- RV como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB) que mensura a atividade econômica da região.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Origem da Consulta Popular

O chamado 'voto popular' ou a Consulta Popular em si, surgiu da idealização dos desejos da população em demonstrar suas necessidades e prioridades ao governo, em conjunto com o Estado e País que necessitam destinar a aplicação de seus recursos de forma mais assertiva possível afim de que os recursos sejam utilizados positivamente e em prol da população.

Estado, segundo Oliveira e Costa (2010), é uma pessoa jurídica de direito público, ou seja, é capaz, detém autonomia para tomar suas próprias decisões que tem por objetivo único trabalhar em prol dos interesses e direitos da sociedade que o formou.

O estado no geral se subdivide em diversas áreas de atuação, e cada administração é responsável por gerenciar uma esfera governamental. E de acordo com Souza (2009) as principais entidades envolvidas no modelo de Governo Federal Brasileiro são:

- Estado: É uma organização política capaz de organizar e regulamentar as relações sociais existentes entre os membros da população e o efetivo governo, no que diz respeito aos interesses coletivos;
- Governo: É a instância política onde se encontram os estados, capaz de implementar as políticas públicas gerais;
- Administração Pública: É a forma de organizar e gerenciar tendo como base o ser humano para a consecução e realização dos propósitos de um governo;
- Administração Federal: É a arte e ciência de gerenciar utilizando-se os negócios de um estado;

A Consulta Popular é um serviço público, sendo realizado pela Administração Pública ou por seus delegados sob a forma de controles estatais e normas capazes de satisfazer as necessidades primárias e essenciais da coletividade ou as simples conveniências do município ou estado segundo Junquilho (2010).

Segundo Souza (2009) o debate das formas, estruturas e paradigmas da administração pública fortaleceu-se e ganhou força no final do século passado, estimulando assim uma grande reforma na forma de pensar e nos processos estaduais e municipais de todo o país, desenhados pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado que foi elaborado na década de 90.

Umas das reformas do processo de Administração Pública resultou na Consulta Popular que esta aliada ao Estado, Governo e representantes regionais, no caso, o COREDE-RV. Foi através da burocracia, segundo Motta (1986) que a população passou a conhecer a gestão democrática e participativa, estando cada vez mais presentes nas decisões do governo. Desde que a população passou a participar das decisões de seu governo, os recursos advindos deste pleito popular passaram a ser melhor aplicados e administrados, devido a população destinar suas decisões as reais necessidades existentes.

No estado do Rio Grande do Sul a Consulta Popular é aplicada desde o ano de 2006 conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

2.2 Gestão Participativa

Nas últimas décadas, segundo Rocha (2011), ocorreram inúmeras experiências de democracia participativa, e que foram sendo desenvolvidas pelos municípios brasileiros. Os chamados conselhos deliberativos de políticas sociais, através da participação da população foram desenhando o perfil dos municípios, bem como a realidade dos mesmos.

"A Constituição Federal de 1988, ao definir a obrigatoriedade da adoção de espaços de participação em diversas áreas de políticas públicas, é expressão dessa tendência. Assim, nas últimas décadas, temos a difusão de experiências de democracia participativa nos diversos níveis de governo. Os governos da União e dos estados implementaram espaços de participação, mas foram nos municípios que essas experiências disseminaram-se de maneira mais inovadora seja por exigência constitucional, seja pela decisão e criatividade dos atores locais, a consolidação de tais experiências torna-se aspecto central da institucionalização democrática brasileira recente. (Rocha 201, p 172)"

No domínio das teorias da administração em geral, a gestão participativa de acordo com Tenereli (2011) corresponde a um conjunto de processos que permitem o envolvimento regular e significativo da grande massa da população na tomada de decisões importantes. Este envolvimento ocorre através da participação da população na definição de prioridades, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controle da execução. Cada pessoa é responsável pela escolha que realizar e pelas consequências da mesma.

A gestão participativa valoriza e incentiva a participação das pessoas no processo de tomada de decisões. E diferentemente do processo de gestão convencional, o processo de gestão participativa promove um processo baseado na confiança e visão da população, motivação e estimulo em buscar suprir suas necessidades, e processo de influenciarmos objetivos organizacionais.

"A gestão participativa é um dos campos mais complexos da moderna teoria geral da administração, envolvendo diversos conceitos, técnicas, experiências práticas e um profundo conteúdo filosófico - doutrinário. De maneira abrangente, administração participativa é uma filosofia ou doutrina que valoriza a participação das pessoas no processo de tomar decisões sobre diversos aspectos da administração das organizações. (Souza 2011, p 02)"

2.3 O que é um Conselho Regional de Desenvolvimento?

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) é um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações públicas que visam trabalhar com o desenvolvimento a âmbito regional. O mesmo foi criado pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e logo após regulamentado pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994.

O objetivo do COREDE é promover o desenvolvimento regional de forma sustentável e harmônica buscando integralizar a população nas decisões e ações promovidas pelo governo objetivando uma melhoria na qualidade de vida da população aliada à preservação do meio ambiente e região em que vivem. As principais atividades desenvolvidas pelo COREDE é buscar identificar as reais necessidades da população, a qualidade no serviço que é oferecida a mesma pelo Estado, investimentos possíveis de serem prestados pelos órgãos estaduais, apoio a interesses regionais, entre outros. E só é possível trazer investimentos aos municípios se a sua população demonstrar e solicitar suas demandas, que precisam ser analisadas para se identificar o grau de necessidade.

Anualmente o Governo do Estado do Rio Grande do Sul fixa o valor submetido à deliberação da população através da consulta popular. Este valor é distribuído entre as 28 Regiões do Estado (COREDES), de acordo com alguns critérios como a população de cada região e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) da qual o COREDE- RV faz parte.

2.4 Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio da Várzea

O COREDE- RV foi criado em 2006 e é formado por 17 municípios da região conforme figura 01, nos quais se encaixam os municípios de Barra Funda, Boa Vista das Missões, Cerro Grande, Constantina, Engenho Velho, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Novo Barreiro, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sarandi e Três Palmeiras.

Sua visão segundo o planejamento estratégico desenvolvido em 2006 está baseada em "buscar o seu reconhecimento como uma entidade que contribui, significativamente, para o desenvolvimento da região, melhorando os indicadores econômicos e sociais em relação às demais regiões do Estado".

Fundação de Municípios do Economia e Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Rio da Várzea — 2008 28° S 52°40'30" W Três Palmeiras 27°36' S Cerro Grande Engenho Velho Vista das Missões Sagrada Familia Lajeado do Bugre Novo Xingu Ronda Alfa São Pedro das Missões São José das Missões Rondinha Novo Barreiro Barra Funda Palmeira das Missões Sarandi 28°4'10" S 30 Sistema Geográfico FONTE DOS DADOS BRUTOS: Cartografia: IBGE. Datum horizontal: SAD-69 NOTA: Elaborado pelo NERU-FEE em julho/09.

Figura 01- Municípios do COREDE- RV

Fonte: Fundação de Economia e Estatística

3 MÉTODO DE ESTUDO

O estudo se caracteriza como descritivo exploratório, pois analisa dados públicos existentes de Consultas Populares já realizadas nos anos de 2010 a 2014. De acordo com Malhotra (2006) o principal objetivo da pesquisa descritiva é descrever alguma coisa, normalmente características ou funções do que está sendo analisado.

A forma de abordagem da pesquisa é qualitativa, pois permite estudar a forma de aplicação dos recursos advindos da Consulta Popular e, bem como, suas prioridades, e também levanta informações quantitativas como o percentual de participação dos votantes, valores orçamentários disponibilizados, entre outros.

A coleta de dados realizou-se a partir de dados fornecidos pelo COREDE- RV, o mesmo é quem aplica a Consulta em sua região, e de informações da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Malhotra (2006) descreve que a metodologia ou especificações usadas para a coleta de dados devem ser examinadas de forma crítica para se evitar situações tendenciosas.

Depois de serem coletados, os dados foram analisados e interpretados, e então aplicados no Software Excel.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Recursos advindos da Consulta Popular entre 2010 e 2014

O Governo do Estado anualmente fixa qual o valor que será submetido à deliberação da população através da Consulta Popular. Este orçamento é distribuído e alocado entre as 28 Regiões do Estado (COREDE'S), observando critérios como a população de cada região e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, mais conhecido como IDESE, que leva em consideração índices de renda, educação e saúde e mede o índice de desenvolvimento dos municípios.

Após ser definido o valor orçamentário para cada região, o governo e os COREDE'S organizam o processo e a cédula de votação regional, que logo após é submetida ao pleito de votação da Consulta Popular.

Através da Consulta Popular o COREDE- RV vem conseguindo alcançar diversas demandas que são votadas pela população, e percebe-se que nos últimos anos o valor que é repassado pelo Estado a cada região é bem significativo e de suma importância para as atividades envolvidas, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01- Recursos da Consulta Popular COREDE- RV

DEMANDAS				
Ano de Votação	Ano de Implementação	Dis	Recurso ponibilizado	% Diponibilizado
2010	2011	R\$	3.232.604,00	100%
2011	2012	R\$	3.387.402,50	105%
2012	2013	R\$	3.387.402,50	105%
2013	2014	R\$	3.387.402,50	105%
2014	2015	R\$	4.196.723,46	130%

Fonte: Dados extraídos da Fundação de Economia e Estatística

Percebe-se que nos últimos anos a demanda orçamentária enviada aos municípios permaneceu relativamente estável, tendo um aumento maior no ano de 2014. De 2010 para 2011 houve um aumento médio de 5,00% no valor orçamentário, de 2011 a 2013 se manteve estável, e de 2013 a 2014 houve um aumento médio de 25,00%, sendo a mais significativa dos últimos cinco anos. O recurso orçamentário destinado da Consulta Popular ao COREDE- RV está diretamente ligado com a quantidade de população existente nessa região, bem como com o índice do IDESE que mede a renda, educação e saúde dessa mesma região.

Administrando-se bem os próprios recursos oriundos da Consulta Popular, é possível desenvolver melhor o nível e a qualidade de vida dos munícipes, e investindo-se em saúde, educação e opções de melhorar a economia dos municípios, automaticamente estará se desenvolvendo o IDESE. Quanto melhor ser este indicador e maior o número populacional, maiores recursos serão disponibilizados no ano seguinte para ser votado em Pleito.

Aos observar-se a tabela 02 é possível identificar que a população do COREDE- RV teve uma pequena diminuição de 2010 a 2014, uma média de 0,39%. O ano com maior perda populacional foi de 2012 para 2013, em número estatístico 683 pessoas a menos pertencentes a região, sendo a maioria do município de Palmeira das Missões, que atualmente é o maior município da Região Rio da Várzea, com 29,90% da população em 2013. Automaticamente

quanto maior é o número populacional de uma cidade, maior sempre será a evasão de população.

Ao comparar-se a demanda orçamentária recebida e a quantidade de população beneficiada, observa-se que em 2010 havia um total de R\$ 27,32 disponível por pessoa, em 2011 R\$ 28,62, em 2012 R\$ 28,58, em 2013 R\$ 28,85 e em 2014 R\$ 35,61. Visualiza-se que em 2014 há o maior repasse dos últimos cinco anos disponível por munícipe do COREDE-RV.

Tabela 02- População dos municípios pertencentes ao COREDE- RV, período de 2010 a 2014

Município	2010	2011	2012	2013	2014
Barra Funda	2.455	2.457	2.533	2.489	2.524
Boa Vista das					
Missões	2.180	2.133	2.149	2.079	2.043
Cerro Grande	2.536	2.586	2.553	2.563	2.547
Constantina	9.982	10.070	10.160	10.290	10.280
Engenho Velho	1.564	1.569	1.587	1.606	1.647
Lajeado do Bugre	2.546	2.525	2.441	2.433	2.424
Liberato Salzano	5.904	5.917	5.825	5.730	5.660
Novo Barreiro	4.004	3.995	4.050	3.956	3.947
Novo Xingu	1.759	1.813	1.775	1.750	1.792
Palmeira das					
Missões	35.669	35.657	35.589	35.238	35.305
Ronda Alta	10.381	10.392	10.379	10.263	10.210
Rondinha	5.635	5.461	5.499	5.431	5.349
Sagrada Família	2.683	2.690	2.725	2.631	2.553
São José das					
Missões	2.807	2.807	2.748	2.710	2.671
São Pedro das					
Missões	1.912	1.971	1.962	1.961	1.920
Sarandi	21.713	21.766	21.971	22.074	22.297
Três Palmeiras	4.559	4.514	4.568	4.627	4.664
Total	118.289	118.323	118.514	117.831	117.833
% Populacional	100%	100,02%	100,19%	99,61%	99,61%

Fonte: Dados extraídos da Fundação de Economia e Estatística

Ao analisar-se o histórico dos últimos cinco anos do COREDE- RV percebe-se que o estado tem investido fortemente em recursos para nossa região, onde foram recebidos \$ 17.591.534,96 (dezessete milhões quinhentos e noventa e um mil e quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) nesse período. As demandas vão se modificando a cada ano também conforme as necessidades da população.

Na Consulta Popular são disponibilizadas diversas demandas aos municípios da região para escolha de suas prioridades. Cada ano as prioridades votadas diversificam-se em alguns pontos conforme a Tabela 03, porém existem algumas que são essenciais e se repetem todos os anos. As principais prioridades existentes são: Desporto e lazer, ciência e tecnologia, agricultura, saúde, educação, gestão ambiental, segurança pública, comércio e serviços, trabalho, urbanismo, direitos da cidadania, assistência social, cultura, administração, indústria. Algumas demandas são votadas todos os anos, outras aparecem esporadicamente devido a alguma necessidade específica ou algum novo projeto que será realizado. O importante é que todo o recurso originado dessa Consulta Popular deve ser exclusivamente destinado e aplicado na área que foi eleito, pois há um controle por meio do Estado sobre esta destinação.

Tabela 03- Demandas do COREDE- RV votadas no período de 2010 a 2014

Demandas/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Desporto e Lazer	R\$ 70.000,00	R\$ 30.152,59	R\$ 67.000,00	R\$ 27.172,23	R\$ 148.717,32
Ciência e Tecnologia	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 74.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agricultura	R\$ 1.100.000,00	R\$ 909.467,70	R\$ 1.375.957,50	R\$ 1.831.220,89	R\$ 1.655.140,26
Saúde	R\$ 912.604,00	R\$ 972.492,45	R\$ 878.920,00	R\$ 626.706,64	R\$ 641.802,23
Educação	R\$ 590.000,00	R\$ 791.477,67	R\$ 611.320,00	R\$ 187.985,03	R\$ 250.828,99
Gestão Ambiental	R\$ 50.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00
Segurança Pública	R\$ 400.000,00	R\$ 321.000,00	R\$ 285.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 640.000,00
Comércio e Serviços	R\$ 0,00	R\$ 38.310,10	R\$ 0,00	R\$ 17.000,00	R\$ 0,00
Trabalho	R\$ 0,00	R\$ 82.940,00	R\$ 49.880,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Urbanismo	R\$ 0,00	R\$ 51.561,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Direitos da Cidadania	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.325,00	R\$ 290.000,00	R\$ 220.647,35
Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.316,71	R\$ 0,00
Cultura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 183.065,97
Administração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 255.018,73
Indústria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 151.502,61
Total	R\$ 3.232.604,00	R\$ 3.387.402,50	R\$ 3.387.402,50	R\$ 3.387.402,50	R\$ 4.196.723,46

Fonte: Dados extraídos da Fundação de Economia e Estatística

As áreas da agricultura, saúde, educação, segurança pública e desporto e lazer detém uma demanda muito grande todos os anos, pois são necessidades básicas da população e consomem em torno de 75% desse orçamento destinados aos municípios da região. Por mais

que as demandas se modifiquem a cada ano, o percentual de participação dessas demandas no contexto das solicitações não se modifica muito significativamente.

A agricultura é um setor básico e quase que prioritário para a região, pois como a renda dos municípios é predominantemente agrícola, necessita-se de apoio e subsídio do governo para que se desenvolva e cresça cada vez mais com qualidade. A agricultura para ser lucrativa necessita de investimentos que permitam uma maior rentabilidade a toda a produção gerada. O orçamento destinado à agricultura teve um aumento de 50,46 % no orçamento de 2010 a 2014, pois a mesma é a base de subsistência da região. Os resultados dos municípios do COREDE- RV estão ligados diretamente à agricultura por ser uma região agrícola, e se esta mesma estiver em um nível de desenvolvimento bom, os demais setores do município também se desenvolvem mais, pois um setor está ligado ao outro. Alguns investimentos na área da agricultura e que são procedentes para o crescimento da mesma são a compras de maquinários que permitam trabalhar nas propriedades rurais com melhoramento de estradas que são utilizadas diariamente para fazer o escoamento da produção. A capacitação dos agricultores em cursos também é de grande valia, pois as mudanças no mercado acontecem em todos os âmbitos e precisa-se ter conhecimento das novas tecnologias e insumos utilizados na produção garantindo-lhe um melhor preço de mercado e qualidade nos produtos produzidos.

A saúde da população também é vista como uma prioridade e necessidade. Mensalmente as prefeituras recebem um orçamento do estado destinado a aplicação na área da saúde, porém os valores geralmente são insuficientes para atender todas as necessidades da população. Com isso, um aporte extra que vem direcionado da Consulta Popular nos últimos anos auxilia muito positivamente no atendimento a população buscando melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Percebe-se que os recursos destinados a saúde tiveram uma diminuição de 2010 a 2014, diferente da agricultura, em 29,67%. Na maioria das vezes, os recursos advindos são utilizados para aquisição de carros para atender a área da saúde (ambulâncias e vans) e equipamentos para melhorar o atendimento e tratamento da população. Podem-se contratar mais profissionais também para atender a população, capacitar os funcionários com mais treinamentos, tudo visando melhorar a qualidade de vida da população. Há uma necessidade de maiores recursos nessa área para construir e reformar hospitais, dar mais acesso a população a exames básicos, remédios, e assistência básica, pois por mais que se invista um valor considerável na saúde, sempre existem novas necessidades.

A educação também é uma prioridade, pois trabalha-se com formação de pessoas, estas detentoras de assumir papéis importantes na sociedade em um futuro bem próximo e portanto necessitam estar bem preparadas. Os principais investimentos que são realizados com esse orçamento é a compra de mais materiais didáticos, cursos de qualificação profissional, materiais esportivos, viagens educacionais, eventos com a comunidade, entre outros. Necessitam-se ainda investimentos para melhorar a infra - estrutura das escolas (salas de aula, locais para práticas de esportes, entre outros), a tecnologia existente (salas de informática, laboratórios, salas de vídeo e áudio, entre outros). Percebe-se que o valor orçamentário de 2010 a 2014 diminui significativamente 57,48%, quando necessitava de um aumento significativo em virtude das grandes melhorias que a educação precisa usufruir.

Com a expansão urbana nos últimos anos, além de investimentos na agricultura e na educação, a segurança pública também não pode ser esquecida, e necessitou de uma atenção especial. Para manter-se a ordem e organização dos municípios, a segurança da população em si, é preciso ter recursos financeiros disponíveis para fazer esse trabalho. Não basta ter apenas um efetivo disponível para trabalhar com a segurança, se não lhe é oferecido o mínimo necessário de material e equipamentos para que se trabalhe dignamente. Para isso, os recursos advindos do Estado nos últimos anos são usados principalmente na compra de viaturas e efetivos que vão as ruas e também para melhorar a qualidade das instalações do corpo de funcionários da segurança pública. Por mais que houve um aumento em 60% do recurso repassado pela Consulta Popular, e os mesmos foram investidos em melhorias, o problema da segurança pública só aumenta todos os dias em nosso estado e país no geral.

O desporto e lazer estão sendo reconhecidos pela população nos últimos anos, e vem recebendo verbas e auxílios do governo. De 2010 para 2014 o orçamento destinado a essa demanda evoluiu 112,45%, e isto ocorreu devido a população buscar meios de obter uma melhor qualidade de vida seja através de centros de lazer, práticas de esportes e valorização do próprio município na questão cultural. Os recursos advindos geralmente são aplicados em organizações e patrocínios de feiras culturais, na construção de centros de lazer e esportes (parques e pavilhões), e na melhoria das cidades em si.

Conforme a tabela 3, as demandas por ciência e tecnologia também sempre foram muito importantes, porém tiveram uma diminuição gradativa de solicitações nos pleitos das últimas consultas. Os anos de 2010, 2011 e 2012 receberam demandas, e os recursos advindos para tecnologia geralmente são aplicados em investimentos em computadores para a população, salas de informática nas prefeituras, cursos de informática. Porém mesmo ainda

existindo necessidades de melhoria nessa área, as mesmas não foram demandadas nos anos de 2013 e 2014.

A gestão ambiental obteve demandas em 2010, 2011 e em 2015. Assim como o urbanismo em 2011. Ambas visam destinar recursos ao meio ambiente, seja no meio urbano ou rural.

O comércio e serviços, trabalho, indústria e administração também aparecem como demandas de recursos que sejam capazes de melhorar a economia dos municípios, proporcionando um crescimento na mesma. A administração necessita de recursos para poder melhor organizar o municípios e tudo que por ele transitar como o comércio, a indústria, os serviços e o trabalho em si. O direito à cidadania, assistência social e cultura também estão presentes nas demandas nos últimos anos, porém em um percentual considerado não tão alto.

4.2 Indicadores Socioeconômicos e a Consulta Popular

Mediante as demandas orçamentárias destinadas aos municípios é possível desenvolver melhor os indicadores como o Produto Interno Bruto e PIB Per Capita. PIB é o somatório de todos os serviços e bens produzidos num período numa determinada região. Ele é um importante indicador da atividade econômica que existe em uma região, e representa em números o crescimento econômico da mesma. O PIB per capita (por pessoa), é obtido ao dividir-se o PIB de uma região pelo seu número populacional. Para obter-se um melhor resultado no PIB é necessário que se desenvolva em escala mais rápida a economia dos municípios em consideração ao seu crescimento populacional, ou seja, é necessário melhorar a atividade e os resultados econômicos da região em proporção maior que o desenvolvimento numérico da população.

Tabela 04: Indicador de Produto Interno Bruto 2012

2012	PIB	PIB Per Capita
COREDE-RV	2.440.341	18.745
RIO GRANDE DO SUL	277.657.666	25.779

Fonte: Dados extraídos da Fundação de Economia e Estatística

O COREDE- RV está abaixo do PIB do estado, e de acordo com a Tabela 04, o PIB Per Capita, ou seja, está com desenvolvimento menor por pessoa em 27, 28%. O que interfere

nesse resultado é que a região de localização do COREDE- RV não é muito extensa em área territorial e municípios como um todo, e a maioria de suas cidades são de porte pequeno. Esse resultado do PIB abaixo do estado acontece também devido aos investimentos em melhorias nessa área não serem o suficiente para melhorar significativamente este índice. O valor de recurso orçamentário que é destinado a região do COREDE- RV depende dos resultados de indicadores como o PIB, e o PIB depende indiretamente também dos resultados das áreas em que são aplicadas essas demandas, fazendo com que um interfira diretamente no resultado do outro.

Os municípios com maior número de habitantes do COREDE- RV, conforme Tabela 02 e Tabela 05, não são os mais rentáveis per capita geralmente, tendo destaque nesse sentido os municípios com menor número de habitantes. Quanto menor a concentração populacional em um local, mais fácil é a administração dos recursos municipais e também dos recursos orçamentários advindos da Consulta Popular e sua destinação, o que possibilita um aproveitamento mais assertivo e direcionado as reais necessidades da população, o que interfere diretamente nos indicadores de desenvolvimento.

Tabela 05: Indicador de Produto Interno Bruto do COREDE- RV por município em 2012

Municípios	PIB	PIB Per Capita	População
Barra Funda	71.801	30.068	2.533
Boa Vista das Missões	44.646	21.230	2.149
Cerro Grande	29.221	12.226	2.553
Constantina	155.218	15.933	10.160
Engenho Velho	29.845	20.784	1.587
Lajeado do Bugre	28.920	11.610	2.441
Liberato Salzano	83.384	14.729	5.825
Novo Barreiro	55.033	13.775	4.050
Novo Xingu	25.666	14.717	1.775
Palmeira das Missões	691.293	20.323	35.589
Ronda Alta	159.477	15.563	10.379
Rondinha	91.809	16.908	5.499
Sagrada Família	31.038	11.998	2.725
São José das Missões	39.432	14.724	2.748
São Pedro das Missões	28.142	14.812	1.962
Sarandi	519.326	23.869	21.971
Três Palmeiras	65.149	14.994	4.568

Fonte: Dados extraídos da Fundação de Economia e Estatística

Mas é claro que não é apenas o tamanho do município que irá definir o seu indicador PIB Per Capita, mas uma série de fatores que englobam, por exemplo, extensão territorial, localização geográfica, base econômica (agricultura, prestação de serviços, indústria, entre outros.), grau de alfabetismo, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outras. Para obter-se o IDH de uma população são medidos índices de saúde (vida saudável e expectativa de vida), educação (acesso ao conhecimento e escolaridade), e renda (padrão de vida).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Consulta Popular com o passar dos anos vem sendo vista pela população como uma política pública importante para os andamentos de projetos nos municípios brasileiros, e conforme os próprios dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) nos demonstram, o COREDE- RV vem recebendo repasses orçamentários em valor consideravelmente alto.

Nos últimos cinco anos, houve um repasse de \$ 17.591.534,96 do governo federal ao COREDE- RV. Este orçamento foi utilizado para o desenvolvimento dos principais interesses da população, como a agricultura, educação, saúde, segurança pública, entre outras áreas. Os recursos foram aplicados em áreas distintas e com o desenvolvimento de novos projetos e melhoramento de antigos, foi possível atender demandas da população e que propuseram uma melhoria em sua qualidade de vida.

De 2010 para 2014 o crescimento da população se manteve estável nos municípios do COREDE- RV, com uma pequena redução em 0,38% no número populacional. Em 2010 o valor orçamentário disponibilizado por pessoa através dos projetos era de um total de \$ 27,32, enquanto que me 2014 houve um aumento para \$ 35,61. No total, o número da população diminuiu 0,38%, porém o orçamento repassado aumentou em 30,34% por munícipe.

Através do orçamento destinado aos municípios é possível atender demandas que antes não poderiam ser supridas devido à escassez de recursos onde os mesmos na maioria das vezes não são suficientes para executar todas as atividades pertinentes. A realização da Consulta anualmente é capaz de identificar necessidades atuais, o que resulta em demandas direcionadas aos problemas da atualidade e que necessitam ser atendidos. E conforme os problemas da população estão sendo solucionados, ao longo do tempo as demandas da Consulta Popular se alteram conforme demonstrado no estudo, surgindo novas demandas

antes não levantadas e também algumas demandas estão sendo substituídas por outras mais importantes ou necessárias no momento.

As áreas como agricultura, segurança pública, educação, saúde são as necessidades básicas da população e por se fazerem presentes nas demandas orçamentárias todos os anos, vem evoluindo em uma melhora contínua para esses municípios. A agricultura por si só é a base da produção de subsistência dos municípios do COREDE- RV, e a mesma estando em situação plena de desenvolvimento carrega consigo diversos outros setores que atuam conforme seus resultados.

Visualiza-se que nos últimos anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB) da população do Estado vêm aumentando continuamente. E conforme dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) o IDH Total do Rio Grande do Sul evoluiu de 1991 a 2010, de 0,542 que condiz a baixo desenvolvimento para 0,746 que representa alto desenvolvimento. Como este índice é medido apenas a cada 10 anos, espera-se que o IDH do estado em conjunto com os municípios do COREDE- RV, estejam em crescimento devido aos investimentos que estão acontecendo nas áreas relacionadas ao índice através do orçamento destinado da Consulta Popular aos municípios. Nesse sentido, igualmente espera-se que aconteça com o PIB um crescimento cada vez maior, pois o mesmo é reflexo do bom andamento de áreas como a agricultura que reflete em diversas outras áreas interdependentes.

As demandas orçamentárias, de uma forma geral, destinadas aos municípios do COREDE-RV através da Consulta Popular vêm trazendo benefícios à população e sua região, benefícios esses que não poderiam ser atingidos se não houvesse esse valor a disposição da população. Ainda há muito no que se trabalhar e desenvolver para um melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados, o que se dará com o passar do tempo e através das experiências de erros e acertos.

6 LIMITAÇÕES

A aplicação da Consulta Popular e suas derivantes ainda é um tema muito pouco estudado e relatado. Como a aplicação da mesma iniciou a poucos anos, encontra-se pouca informação registrada dos primeiros anos, o que impossibilita de fazer-se um comparativo evolutivo ao longo dos anos. Há uma maior dificuldade ainda em comparar-se os dados

relativos do COREDE- RV com índices como, por exemplo, o PIB que é registrado por município e não é disponibilizado anualmente, assim como o IDH que é analisado a âmbito estadual e a cada 10 anos apenas. Os dados disponibilizados da Consulta popular também se encontram muito limitados à população dos municípios, demandas e valor orçamentário. Referente aos municípios pertencentes ao COREDE- RV, houve reformulação nos últimos anos em sua divisão regional e com isso foi acrescentado as cidades de Chapada, Jaboticaba e Nova Boa Vista ao mesmo, sendo que há falta de dados sobre a consulta dos mesmos, por isso não aparecem nas tabelas em análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAIR JR., JOSEPH F. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** — Porto Alegre: Bookman, 2005.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da administração pública.** UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

MOTTA, F. C. P. **Organização e poder:** empresa, estado e escola. – São Paulo: Atlas, 1986.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 4.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2006.

OLIVEIRA, J. R. A.; COSTA, T. F. M. **Instituições de direito público e privado.** UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

PINHEIRO, O. M. Plano diretor e gestão urbana. UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

ROCHA, C. Gestão pública municipal e participação Democrática no Brasil- **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.19, n. 38, p. 171-185, fev. 2011. Disponível em

(http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a11.pdf), acessado em 20 de agosto de 2015.

SALLES, H. M. **Gestão Democrática e Participativa.** UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

SOUZA, A. R. de, **Modelos de gestão na administração pública:** uma análise das agências reguladoras. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SOUZA, C. **Gestão participativa:** conceitos e operações fundamentais, Apostila de Gestão Participativa, 2011. Disponível em (http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfNMcAG/apostiladegestaoparticipativa2011-1-reparado), acessado em 28 de setembro de 2015.

TENERELI, A. **Gestão Participativa:** Apostila de Gestão Participativa, 2011. Disponível em (http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfNMcAG/apostiladegestaoparticipativa2011-1-reparado), acessado em 28 de setembro de 2015.

Atlas Socioeconômico/ Indicadores Socioeconômicos do Estado do Rio
Grande do Sul. Disponível em (<u>http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/</u>), acessado em 08
de julho de 2015.

Fundação de Economia e Estatística, FEE/ Indicadores populacionais. Disponível em (http://www.fee.rs.gov.br/), acessado em 20 de agosto de 2015.